

## Artigos

# Estagnação e mais pobreza



**Walter Chaves Marim**

Professor universitário, é economista com mestrado pela FGV e doutorado pela USP

O ambiente de negócios brasileiros nunca foi fácil. Anos e anos de hiperinflação, complexidade tributária, instabilidade regulatória e morosidade da justiça destacam-se entre os fatores que já fizeram com que muitas firmas globais desistissem do Brasil.

Entre meados dos anos 90 e a primeira década do novo milênio, porém, pareceu que o Brasil estava encontrando o seu caminho. Principalmente sob as gestões de FHC e Lula logrou-se controlar a inflação, melhorar o sistema de contas públicas e a regulação em geral, universalizar o ensino básico, expandir o acesso ao terceiro grau e ampliar a renda de vários grupos sociais.

No entanto, os avanços não se fizeram acompanhar de outras medidas que teriam sido necessárias para manter o círculo virtuoso em operação.

Mesmo assim, há quase duas décadas, iniciou-se no Brasil um fato econômico e social de extrema relevância: a ascensão de camada considerável da população brasileira para a chamada classe C. E agora esta chamada classe C está sendo empurrada com toda força e, rapidamente, de volta às classes D e E.

Ainda, o que é pior, grande parte dela indo direto para a miséria pelas consequências da Covid-19 e da desorganização das políticas de mitigação da pandemia do governo Jair Bolsonaro, como mostram pesquisas de diferentes órgãos. Essas pesquisas revelam não só que a situação de milhões de brasileiros degradou-se até o momento e, pior ainda, suas situações continuam se degradando no decorrer deste ano.

Assim, as classes D e E, cada vez mais numerosas, devem continuar amargando novas perdas com considerável taxa de queda de renda.

Isso não só aumentará a desigualdade social brasileira, mas retardará a recuperação econômica, pois, mais pobre, a gigantesca população de baixa renda consumirá menos, exigindo menos investimentos e contratações de novos empregos pelo setor produtivo.

Com a paralisação das milhões de atividades em 2020 e a interrupção do auxílio emergencial em dezembro, só retornando em abril, com valores bem menores, milhões de brasileiros despencaram diretamente da classe C para a miséria. E a fome se instalou no país para grande parte desta população.

Segundo a FGV Social, com base nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios Contínua, em 2019, antes da pandemia, o Brasil tinha cerca de 24 milhões de pessoas na pobreza extrema, ou 11% da população vivendo com até R\$ 246 ao mês. Agora, são 35 milhões, 16% do total.

A classe E com renda domiciliar de até R\$ 1.205, segundo os critérios da FGV Social, foi a que mais inchou: cresceu em 24,4 milhões de pessoas. Já a classe D (com renda entre R\$ 1.205 e R\$ 1.926) aumentou



em 8,9 milhões.

Assim, o Brasil tem pela frente o desafio de lidar com uma multidão de pobres e desempregados, após a pandemia de Covid-19 e adotar políticas públicas para resolver o problema sem agravar a questão das contas públicas que já é delicado.

É previsível que em decorrência desta situação a desigualdade no país vai aumentar. O Brasil precisa olhar para os mais pobres e o governo deve reestruturar os programas sociais que já existem, incluindo o Bolsa Família. Com isso, seria possível aproveitar mais os recursos que já são usados para atender os mais vulneráveis.

Abaixo da classe E existe família em extrema pobreza, que é aquela com renda per capita de até R\$ 89 mensais, de acordo com o governo federal. Em regra, são pessoas que vivem nas ruas ou em barracos de favelas atingindo hoje 14,5 milhões. Há ainda 2,8 milhões de famílias vivendo em pobreza (com renda entre R\$ 90 e R\$ 178 per capita mensais).

O buraco fiscal em que estamos metidos ficou bem mais fundo, a economia está bem mais desorganizada, com falências, desemprego e informalidade em alta e, também, teremos problemas sérios e duradouros na educação e as velhas dificuldades não foram embora.